

Teologia e Magistério: o espaço da Consciência

Publicamos um artigo do Professor Arturo Bellocq, Professor da Universidade Pontifícia da Santa Cruz (Roma), em que enquadra o papel da consciência na Teologia Moral. Para este professor de Teologia Moral, é importante refletir sobre deixar espaço à consciência dos fiéis, sem pretender substituí-la, e ajudá-los ao mesmo tempo na sua formação.

25/06/2018

Parte importante da *conversão pastoral* à qual nos chama o Papa Francisco consiste em “*formar as consciências*” em vez de “*pretender substituí-las*”, em “*deixar espaço à consciência dos fiéis*” (cf. *Amoris Laetitia*, 37). É uma indicação valiosa para a Teologia Moral, que quer dar razão da experiência cristã.

Com efeito, a moral cristã não é somente uma *moral da verdade*, pela qual sabemos o que temos de fazer para sermos felizes. É também uma *moral da liberdade*: o bom cristão avança pelo caminho indicado por Jesus Cristo no Evangelho porque quer, porque está pessoalmente convencido de que esse programa de vida responde plenamente aos seus desejos de felicidade, mesmo que no início não entenda completamente as

razões por que dá cada um dos passos que o Senhor lhe pede.

Por este motivo, é lógico que o Papa também tenha pedido para integrar melhor a consciência das pessoas no acompanhamento pastoral das situações de fragilidade que não respondem objetivamente à proposta do Evangelho (cf. *ibidem*, 303).

Estas indicações propiciaram que o tema da consciência moral e a sua formação se encontrem de novo muito presentes no âmbito da pastoral e da teologia moral. *Dar mais espaço à consciência das pessoas* é sem dúvida o caminho – mais árduo, mas mais autêntico – para formar na verdadeira liberdade interior. Mas, se for utilizado como pretexto para conceder à consciência pessoal um poder de justificação definitivo, como se fosse a norma suprema e inapelável da moralidade, que poderia dispensar-nos de ter de

viver como Jesus nos ensinou, então correr-se-ia o risco de deixar de anunciar *a verdade que salva*.

A consciência: janela ou carapaça?

Este era precisamente o tema da famosa conferência *Consciência e verdade* que o Cardeal Ratzinger proferiu em 1991. Começa com um episódio de quando era jovem professor universitário na Alemanha. Numa reunião com outros professores, ouviu um dos mais velhos comentar que “era de dar graças a Deus por ter concedido a tantos homens a possibilidade de serem não-crentes em boa consciência. Se lhes tivesse aberto os olhos e se tornassem crentes, não teriam sido capazes, num mundo como o nosso, carregar no peso da fé e dos seus deveres morais. Contudo, e uma vez que percorrem um caminho diferente em boa

consciência, podem igualmente alcançar a salvação”.

Duas coisas o surpreenderam nesse raciocínio: em primeiro lugar, a ideia de que a fé cristã fosse um *peso* que tornasse mais difícil a salvação – como um castigo ou uma maldição de Deus –, enquanto a consciência errónea seria *a verdadeira graça*, porque liberta das exigências da verdade e nos oferece a possibilidade de viver uma vida mais “humana”; e, em segundo lugar, a ideia de consciência que o seu interlocutor pressupunha, que não era a de uma *janela* aberta ao verdadeiro conteúdo da felicidade, mas a de uma *carapaça* na qual o homem pode refugiar-se para fugir da realidade, uma justificação da subjetividade, que o dispensaria de procurar a verdade do seu próprio ser e da sua própria felicidade. Quem não é capaz de perceber a culpa está espiritualmente enfermo. Não é

possível transformar a consciência num *mecanismo de autojustificação*, é necessário recuperar a sua dimensão de *transparência do sujeito para o divino*, para perceber a grandeza da vocação do homem.

Em teologia moral, são bem conhecidas as causas históricas desta confusão da consciência moral com um mecanismo de autojustificação. Da tendência ao legalismo da moral nos manuais neo-escolásticos – nos quais se apresentava a lei moral como um *limite à liberdade pessoal*: bom e razoável, mas em todo o caso limite –, um movimento pendular desembocou na tendência ao subjetivismo, onde o valor da lei moral era relativizado e transformado numa série de *imperativos formais* – de coerência, benevolência, abertura a toda a realidade, etc. –, com os quais a consciência se legislava a si mesma e

determinava autonomamente a obrigação moral em cada situação.

Legalismo e subjetivismo são dois extremos do mesmo problema: pensar que a liberdade e a lei moral são realidades extrínsecas, como dois oponentes que disputam o mesmo terreno, onde o que um possui é perdido pelo outro. A *forma mentis* que está subjacente a estas atitudes continua presente em formas mais mitigadas, sem superar completamente a conceção normativista da lei moral e da consciência.

Como se vê, os problemas são fundamentalmente dois. Em primeiro lugar, no que se refere à lei moral, é necessário mostrar que a moral cristã – e antes disso, a moral humana – não se reduz à coerência consigo mesmo, mas exige viver de um certo modo e não de outro. Jesus mostrou-nos um caminho concreto, a

sua vida e os seus ensinamentos não podem reduzir-se a *imperativos formais*, têm um *conteúdo*, exigente e atraente: um cristão ama a Deus sobre todas as coisas, perdoa ao seu próximo, honra os seus pais, não rouba, não comete atos impuros, não deposita a sua confiança nas riquezas, sofre com bom ânimo a dor e a perseguição, etc. Quem vai por este caminho, mesmo que tropece de vez em quando, encontra a felicidade; quem vai por outros caminhos, dificilmente a encontrará.

Em segundo lugar, no que se refere à consciência, é necessário explicar donde procede essa *capacidade de perceber a verdade moral*, essa “voz interior” que aprova ou desaprova as minhas ações e é, ao mesmo tempo, “*minha*” e “*não completamente minha*”. Conhecendo a sua natureza, poderemos avaliar em que medida sou responsável pelo que diz essa voz ou posso afirmar que se trata da voz

de Deus, e ver até que ponto um erro de consciência me justifica. O tema é importante nos nossos dias. É cada vez mais frequente encontrar pessoas cristãs que não só não vivem de acordo com a sua fé, como têm sérias dificuldades para aceitar na sua consciência a proposta cristã com todas as suas implicações. Aprofundar o fenómeno da consciência – dos seus recursos e das suas fragilidades – pode lançar luz sobre como projetar formas de acompanhamento e de integração que sejam eficazes.

A consciência e a sua “voz”: o juízo da consciência

O Concílio Vaticano II apresenta a consciência como um lugar ou instância íntima da pessoa onde ressoa uma voz que dá a conhecer uma lei que o homem não se deu a si mesmo, mas que está escrita no seu coração, e que, portanto, ele deve

seguir se quiser ser feliz: é a *sua* lei, a lei da *sua* felicidade. Em suma, é uma *capacidade para reconhecer a verdade moral*, uma verdade que nós não inventamos, mas que de algum modo está em nós. Esta *capacidade* torna-se efetiva através de uma *voz que adverte* com indicações concretas, que julga os comportamentos concretos: “*faz isto, evita aquilo*” (cf. *Gaudium et spes*, n. 16).

Para explicar donde vem essa voz, necessitamos de recorrer à filosofia e, concretamente, à distinção que estabelece entre o *exercício direto* da razão prática e o seu *exercício reflexo*. A razão prática é a razão humana quando guia o agir. Tem um modo de *exercício direto* pelo qual, a partir do desejo de determinados fins – que a pessoa possui segundo as virtudes que tenha cultivado –, escolhe os meios para realizá-los em cada situação que se apresente. Este

modo de exercício termina na *decisão*: guiar o agir significa propor-se os fins e realizá-los mediante ações concretas.

Mas, além de tomar decisões, a nossa razão está constantemente refletindo sobre a sua própria atividade: é o *exercício reflexo*, graças ao qual tentamos compreender, melhorar e, se for o caso, corrigir o exercício direto. Assim, tiramos conclusões sobre como decidimos, porquê, onde estão o bem e o mal, qual é a nossa ideia da felicidade, o que deveríamos fazer ou não fazer nestas circunstâncias ou naquelas outras, etc. Esta reflexão enriquece-se também com o estudo, com os conselhos que recebemos, etc. Como resultado deste exercício reflexo, a pessoa constrói a sua *ciência moral*: como um manual pessoal, onde estão todas as suas convicções sobre o bem e o mal, os motivos, a sua ideia de felicidade, etc., muitas vezes

formuladas sinteticamente como *normas morais*. Quando vou tomar uma decisão (*exercício direto*) “consulto” a minha ciência moral, e então escuto um juízo sobre a bondade ou maldade da ação que estou para realizar ou que já realizei. Não são as normas que guiam a minha vida, mas as minhas virtudes; as normas exprimem-nas, ensinam-nas e lembram-mas quando me esqueço.

Este juízo de consciência apresenta-se como mais “objetivo”, porque na ciência moral não influem tanto as paixões do momento: é um conhecimento mais “teórico” sobre o bem e o mal, aquilo que “no fundo” sei que é bom ou mau, para além do que me apetece ou dos sentimentos desse momento concreto, os quais, sim, influem na *decisão* final que tomarei. É por isso que sinto esse juízo como uma voz *diferente* ou *exterior*, mas ao mesmo tempo

própria, porque foi gerada na *minha* ciência moral. Se amanhã tenho um exame, mas tenho pouca vontade de estudar e o meu clube de futebol joga nessa tarde, sei que tenho de ir estudar, mas começo a procurar outros motivos: estou cansado, posso estudar depois, o meu caso é diferente, etc. O que me apetece mais fazer procura outros motivos, mas *no fundo sei que, embora tenha razões, não tenho razão*.

A diferença entre o juízo de consciência e a decisão é o espaço para a *moralidade subjetiva*: se a minha decisão obedece ao juízo da consciência, faço bem; se lhe desobedeço, cometo uma falta. A diferença entre o juízo de consciência e a verdade moral ou reta razão é o espaço do *erro moral*. São problemas diferentes, mas ambos são problemas importantes: em qualquer caso, estaríamos a andar na direção errada.

A ciência moral e a formação da consciência

Embora a ciência moral seja um saber mais “objetivo”, em parte desligado das paixões do momento, não podemos pensar que se trata apenas de “informação teórica” sobre o bem e o mal: trata-se das minhas *convicções profundas* acerca do que é bom e do que é mau, da minha *identidade moral*. Não basta ter ouvido numa aula de catequese que não é bom roubar ou mentir ou dormir com a namorada; é necessário que essas *ideias teóricas* se convertam em *convicções*, naquilo que eu verdadeiramente penso que contribui para a minha felicidade: até esse momento, essas ideias propriamente não fazem parte da minha ciência moral. Vê-se, pois, claramente como, na formação da ciência moral, existem:

- *Fatores externos*: tudo o que recebo, como a educação na família, na escola, na catequese, mas também o exemplo de outras pessoas próximas, a cultura da sociedade e os costumes dos ambientes em que ando, que transmitem as suas ideias como *por osmose*.

- *Fatores internos*: tudo o que *eu faço* com aquilo que recebo. Aqui entram as nossas disposições pessoais: se somos reflexivos ou superficiais; se sabemos escutar e se somos dóceis aos conselhos de pessoas sábias e aos ensinamentos da Igreja ou, pelo contrário, se nos agarramos às nossas opiniões e não deixamos que ninguém as questione; se aproveitamos as dúvidas que surgirem para tentar esclarecer a consciência pedindo ajuda, ou se as desprezamos e seguimos com negligência. Como se vê, a boa vontade da pessoa tem um peso muito importante na formação da

consciência. A *virtude da humildade* é particularmente importante neste sentido: é a virtude de quem compreendeu que a consciência é uma *janela* aberta à luz da verdade moral – uma verdade que me transcende – e não uma *carapaça* para justificar as minhas opiniões pessoais.

Fatores externos e internos combinam-se de modo muito variado em cada pessoa, pois cada um tem uma história particular, com experiências de diferente tipo, pecados e virtudes. Até que ponto os erros de consciência que provêm de uma formação defeituosa da ciência moral se devem a culpas da pessoa (fatores internos) e até que ponto são produto de fatores externos é muito difícil de determinar: é melhor deixar o juízo a Deus, a não ser que haja elementos claros de culpa. No entanto, na ótica de propor caminhos de acompanhamento e integração,

essa não é a pergunta mais importante: a moral cristã não se centra na determinação do grau da culpa subjetiva, mas em como caminhar na verdade para a santidade.

O erro de consciência e a ajuda para superá-lo

O Magistério da Igreja sempre teve presente que existe a “*ignorância invencível... um juízo erróneo, sem responsabilidade por parte do sujeito*” (*Catecismo da Igreja Católica*, 1793). Se a nossa consciência julga erroneamente a moralidade de um comportamento porque se encontra em ignorância invencível, “*não perde a sua dignidade*”, pois “*não deixa de falar em nome da verdade do bem*” (*Veritatis splendor*, 62), embora involuntariamente não alcance a verdade do bem nesse momento.

A *Veritatis splendor* define a *consciência invencivelmente errónea*

como a que está dominada por uma “*ignorância da qual o sujeito não é consciente e da qual não pode sair por si mesmo*”, e a seguir acrescenta que essa situação a que chegou “não é culpável”. Tradicionalmente, tem-se afirmado que *uma consciência invencivelmente errónea é sempre uma consciência certa*, isto é, um juízo que não oferece dúvidas, ou porque nem sequer se imagina a possibilidade oposta, ou porque se estudou com honestidade e profundidade o tema em questão e se chegou a uma conclusão errónea de boa fé. A *consciência certa* não pode ser identificada simplesmente com a nossa *opinião pessoal*: é a convicção profunda e honesta de que um certo comportamento é verdadeiramente bom, que me conduz à santidade. Com estas definições, penso que dificilmente se poderia falar propriamente de “*ignorância invencível*” quando um cristão discorda positivamente de um

ensinamento constante do Magistério moral da Igreja, embora ainda não comprehenda em profundidade os motivos.

Depois de falar da existência da consciência invencivelmente errónea, o Catecismo faz um importante esclarecimento: “*O mal cometido pela pessoa não lhe pode ser imputado. Mas não deixa de ser um mal, uma privação, uma desordem. Portanto, é preciso trabalhar para corrigir a consciência moral dos seus erros*” (n. 1793). O erro de consciência é sempre um mal que me afasta da minha verdadeira felicidade. Por isso, nada mais cristão, nada mais pastoral do que ajudar um irmão que está no erro a sair dele, iluminando-o com a luz da razão e da fé, para que possa andar pelo caminho da santidade. Evidentemente, isto não quer dizer que em todos os casos seja suficiente “informar” esse irmão acerca da

moralidade de uma ação para lhe exigir imediatamente o seu cumprimento. A experiência da Igreja conhece bem os casos em que é lícito deixar o penitente na ignorância de boa-fé em relação a um *pecado material*, ou apelar para a *lei da gradualidade*, etc.

Para ajudar os outros na formação da consciência, é preciso procurar que tanto os fatores externos como os internos estejam o mais bem orientados possível. Com muitos dos externos, não poderemos fazer muito a curto prazo (leis, cultura, escola, etc.); com outros, sim (uma catequese e um acompanhamento pessoal que expliquem bem as coisas, criar ambientes e atividades onde as pessoas tenham bons exemplos e saboreiem a beleza da vida cristã, etc.). No que diz respeito aos fatores internos, é preciso sobretudo ajudar as pessoas a serem humildes e a deixarem-se ajudar, ao mesmo

tempo que se procura que cresçam em virtudes e na *vida cristã*: muitos dos comportamentos que exige a moral cristã só se entendem quando se vai adquirindo uma vida cristã mais sólida, e não necessariamente com mais argumentos. Por isso é tão importante *transmitir vida cristã*: ensinar a rezar, a ver Deus como Pai, tornar os fiéis conscientes da sua vocação, procurar que participem numa vida comunitária que lhes transmita a beleza da vida de fé, etc.

O caminho de acompanhamento na formação da consciência tem como meta *identificar as minhas convicções profundas com a moral do Evangelho*, pelo menos nas questões mais importantes. Então, poderei reconhecer os meus erros e decidir-me a mudar, ainda que se prevejam futuras quedas ou haja situações – mesmo permanentes – de falta importante de liberdade nas quais se estime que não será capaz de se

comportar assim a curto prazo. Não vamos falar aqui deste problema complexo, que infelizmente é cada vez menos raro. Gostaríamos apenas de dizer que, no caminho da formação da consciência, é importante não “queimar etapas”. Penso, por exemplo, na plena integração sacramental de pessoas que ainda não são capazes de reconhecer sinceramente erros graves e manifestos e decidirem-se a mudar.

Não há dúvida de que as situações podem ser variadas e complexas, e que uma receita não pode ser aplicada a todos igualmente. Mas a Igreja não pode *render-se* à cultura atual e admitir que *não é possível formar bem as consciências dos seus filhos*. Ela fez isso em épocas talvez mais desumanas do que a atual. A experiência de tantos bons pastores mostra como, contando com o tempo e com a humildade necessária, é

possível ajudar os irmãos que erram a encontrar novamente a senda da verdade que os faz felizes.

pdf | Documento gerado automaticamente a partir de <https://opusdei.org/pt-pt/article/teologia-e-magisterio-o-espaco-da-consciencia/>
(14/01/2026)